CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete Deputado Luiz Gastão (PSD/CE)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.412, DE 2021

Institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada.

Autor: Deputado MARCELO RAMOS **Relator:** Deputado LUIZ GASTÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.412, de 2021, de autoria do Deputado Marcelo Ramos, objetiva instituir a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada, na criação e imposição de custos e despesas para tal iniciativa, oriundas de demandas da sociedade. A proposição versa sobre as diretrizes, instrumentos e as ações necessárias à formulação e execução da referida política.

Na justificação argumenta-se, em resumo, que, no Brasil, as interferências do Estado no mercado costumam estar ligadas à imposição de encargos e incertezas aos agentes privados e seriam, assim, geradoras de um cenário de instabilidade jurídica, recessão econômica e de desemprego. Invoca-se a importância da proteção à liberdade econômica e à propriedade privada como motor do desenvolvimento econômico. Destaca-se que a legislação vigente, que exige das empresas a concessão de benefícios sociais sem oferecer contrapartidas adequadas, revelar-se-ia ineficaz e prejudicial ao empreendedorismo. Defende-se, diante desse contexto, que seja obrigatório realizar estudos de impacto econômico, análises do setor empresarial afetado e ouvir representantes do setor antes de estabelecer qualquer novo benefício social que gere custos adicionais à iniciativa privada. Além disso, sugere-se a





adoção de mecanismos de compensação financeira ou tributária, a fim de evitar sobrecarregar o empresariado. O objetivo é criar um equilíbrio entre a responsabilidade social e a sustentabilidade econômica dos negócios, estimulando o empreendedorismo e o progresso econômico no país.

A proposição foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Econômico, para análise de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para manifestação sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, aprovou, em 3.7.2024, parecer por mim relatado, pela aprovação da matéria, na forma de Substitutivo apresentado de acordo com a seguinte justificativa:

O projeto apresentado estabelece diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Responsabilidade Econômica, mas, ao final, apenas relaciona os aspectos que deverão ser observados na formulação e execução dessa Política.

Assim, parece-nos que a proposição, que estabelece diretrizes a serem observadas para a formulação da mencionada Política, não chega a estabelecê-la. Dessa forma, na ausência de ação futura dos poderes Executivo e Legislativo, parece-nos que a proposição em análise, caso convertida em Lei, não acarretaria efeitos concretos imediatos, pois dependeria de ações adicionais para que a Política proposta fosse efetivamente estabelecida.

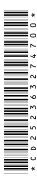
Por outro lado, encontra-se em pleno vigor a Lei nº 13.874, de 2019 — Lei de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, bem como disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador.

Destaca-se, a propósito, que a referida Lei de Liberdade Econômica apresenta um dispositivo específico que trata da análise de impacto regulatório. Conforme o dispositivo, as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico.

Ademais, estabelece que a regulamentação da norma – que é o Decreto nº 10.411, de 2020 – disporá sobre o conteúdo e a metodologia da análise de impacto regulatório, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória sua realização e as hipóteses em que poderá ser dispensada.

Dessa forma, consideramos que o objeto da proposição em análise poderia ser incluído na própria Lei de Liberdade





Econômica, evitando a necessidade de que a Política Nacional de Responsabilidade Econômica proposta venha a ser formulada em um segundo momento.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Colegiado.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi apresentado, em 12.12.2024, relatório do Deputado Felipe Carreras, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.412, de 2021, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, com subemendas, o qual, no entanto, não chegou a ser aprovado.

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar exclusivamente a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (arts. 54, I, e 139, II, "c", do RICD) do Projeto de Lei nº 3.412, de 2021, bem como do Substitutivo apresentado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico.

No plano da **constitucionalidade formal**, consideram-se os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Sobre a competência legislativa, não se verifica mácula nas proposições, já que, nos termos do art. 24, I, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito econômico, sendo da União a atribuição de editar normas gerais (art. 24, §1°).

Também é legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, caput, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou de outro instrumento normativo para a disciplina do assunto.

Quanto ao tema regulamentado, não identificamos incompatibilidades entre as proposições e os princípios e regras que emanam do Texto Constitucional, do que decorre a **constitucionalidade material** de suas disposições.

Com relação à **juridicidade**, na linha do que restou consignado em meu voto apresentado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, é preciso reconhecer que o Projeto de Lei nº 3.412, de 2021, apresenta, em sua formatação inicial, problemas quanto à efetividade da norma a ser gerada.

A respeito, registrei que "o projeto apresentado estabelece diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Responsabilidade Econômica,





mas, ao final, apenas relaciona os aspectos que deverão ser observados na formulação e execução dessa Política. Assim, parece-nos que a proposição, que estabelece diretrizes a serem observadas para a formulação da mencionada Política, não chega a estabelecê-la". Ainda nesse tocante, destaquei que "na ausência de ação futura dos poderes Executivo e Legislativo, parece-nos que a proposição em análise, caso convertida em Lei, não acarretaria efeitos concretos imediatos, pois dependeria de ações adicionais para que a Política proposta fosse efetivamente estabelecida".

Foi por essa razão que formulamos o Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o qual incorpora as contribuições do Projeto de Lei nº 3.412, de 2021 ao corpo da Lei nº 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e que já estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, bem como contém disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador do mercado, na linha do que é pretendido pelo Projeto de Lei nº 3.412/2021.

Nesse passo, entendemos que o Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico aproveita os dispositivos do Projeto de Lei nº 3.412/2021 dotados de efetividade e os insere em norma já vigente sobre o assunto, tendo, com isso, o mérito de assegurar a observância dos princípios da sistematicidade e da organicidade do sistema jurídico e bem como da determinação contida no art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95/1998, que impõe que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei.

No voto do então relator nesta Comissão, Deputado Felipe Carreras apontou-se que, em matéria de juridicidade, ainda mais um reparo se fazia necessário, atinente ao conteúdo do art. 3º do Substitutivo¹, que conteria

Parágrafo único. A revisão periódica e a atualização normativa devem buscar a simplificação das normas e a redução do custo de observância. '





¹ "Art. 3º Inclui-se o art. 5º-A à Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019:

^{&#}x27;Art. 5º-A. Caberá aos órgãos e entidades do Poder Executivo realizar, periodicamente, a revisão e a consolidação de atos normativos, de acordo com o estabelecido em plano de trabalho de cada órgão ou entidade.

regra de teor similar à que já consta dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 95/1998², o que retiraria o caráter inovador desse dispositivo.

De fato, concordamos com tal apontamento, razão pela qual adotamos a subemenda que suprime o art. 3º do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, em razão de sua injuridicidade.

Em termos de **técnica legislativa** e de **redação**, por fim, também aderimos às modificações propostas pelo então relator, Deputado Felipe Carreras, quanto à 1) adequação do teor da ementa do substitutivo, que registra que a proposição "**estabelece a necessidade de compensação** de impactos econômicos causados em decorrência da edição ou alteração de atos normativos que concedam benefícios à sociedade" enquanto o próprio corpo normativo não cogita de referida compensação; e 2) precisão redacional e clareza textual do §1° do art. 5° da Lei nº 13.874/2019, com a redação dada pelo art. 2° do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, bem como à concordância nominal do texto dos incisos em que ele se desdobra

As duas subemendas corretivas seguem, portanto, anexas.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.412, de 2021, nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, com as subemendas propostas.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ GASTÃO Relator

² Art. 16. Os órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e os Ministérios, assim como as entidades da administração indireta, adotarão, em prazo estabelecido em decreto, as providências necessárias para, observado, no que couber, o procedimento a que se refere o art. 14, ser efetuada a triagem, o exame e a consolidação dos decretos de conteúdo normativo e geral e demais atos normativos inferiores em vigor, vinculados às respectivas áreas de competência, remetendo os textos consolidados à Presidência da República, que os examinará e reunirá em coletâneas, para posterior publicação.

Art. 17. O Poder Executivo, até cento e oitenta dias do início do primeiro ano do mandato presidencial, promoverá a atualização das coletâneas a que se refere o artigo anterior, incorporando aos textos que as integram os decretos e atos de conteúdo normativo e geral editados no último quadriênio.





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO PROJETO DE LEI Nº 3.412, DE 2021

Estabelece a necessidade de compensação de impactos econômicos causados em decorrência da edição ou alteração de atos normativos que concedam benefícios à sociedade, e dá outras providências.

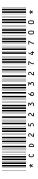
SUBEMENDA Nº 1

Dê-se à ementa do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico ao Projeto de Lei nº 3.412, de 2021 a seguinte redação:

"Estabelece a necessidade de identificação de impactos econômicos causados em decorrência da edição ou alteração de atos normativos que concedam benefícios à sociedade, e dá outras providências."

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ GASTÃO Relator





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO PROJETO DE LEI Nº 3.412, DE 2021

Estabelece a necessidade de compensação de impactos econômicos causados em decorrência da edição ou alteração de atos normativos que concedam benefícios à sociedade, e dá outras providências.

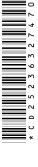
SUBEMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 2º do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico a seguinte redação:

Art. 2° A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo o atual parágrafo único de seu artigo 5° numerado como § 2°:

"Art. 5°

- § 1º No caso de edição e de alteração de atos normativos que concedam benefícios à sociedade e acarretem impactos econômicos ao setor privado, a análise de que trata o *caput* levará em consideração, quando cabível e conforme regulamento:
- I a estimativa dos impactos econômico-financeiros nos setores da iniciativa privada afetados pela criação de novas leis ou normas da administração direta e indireta, em caso de matéria não urgente.
- II a representação empresarial e de suas associações na discussão das propostas legislativas





e de normas da administração direta e indireta, em setores de interesse que serão impactados;

III – parâmetros técnicos do mercado nacional e internacional;

IV – estudos de impacto.

§ 2°" (NR)

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ GASTÃO Relator





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO PROJETO DE LEI Nº 3.412, DE 2021

Estabelece a necessidade de compensação de impactos econômicos causados em decorrência da edição ou alteração de atos normativos que concedam benefícios à sociedade, e dá outras providências.

SUBEMENDA Nº 3

Suprima-se o art. 3º do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico ao Projeto de Lei nº 3.412, de 2021, renumerando-se os seguintes. Renumere-se, ainda, o art. 5º-B a ser incluído na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para art. 5º-A.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ GASTÃO Relator

